

Líder do PMDB admite negociação do mandato

Senadores defendem redução

Sob o mesmo argumento — os compromissos assumidos pela "Aliança democrática" —, os senadores peemedebistas Mansueto de Lavor (PE), Ruy Bacelar (BA) e o vice-líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira defenderam, ontem, a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos e a consequente realização das eleições diretas para a presidência no próximo ano.

Ao comentar a iniciativa do secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, de propor mandato presidencial em seis anos, Mansueto de Lavor disse que "o PFL quer é se manter no poder, segurando os ministérios que detém, com uma declaração de amor e fidelidade ao presidente da República".

Numa referência à recente entrevista do ministro Aureliano Chaves, o senador pernambucano observou que o comportamento de hoje do PFL se choca com a atitude "de um dos seus principais próceres, que há poucos dias cometeu um ato de quebra da hierarquia, fazendo críticas ao próprio presidente da República e à sua política econômica, sem se afastar do governo".

"Esse oportunismo do PFL — prosseguiu Mansueto de Lavor — não é de surpreender, porque eles sempre viveram do poder. Essa gente não pode viver fora do poder. Como não conseguiram o poder pelas urnas, ficam com atitudes oportunistas, enquanto o líder papagueia a torto e à direita.

Presidente já preferiu 4 anos

Marcondes Sampaio

Mais do que uma opinião do falecido presidente Tancredo Neves, a redução do mandato presidencial para quatro anos é uma posição já sustentada, enfaticamente, pelo próprio presidente José Sarney, ao assinar, no dia 7 de maio de 1985, a mensagem restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República.

Essa manifestação do chefe do governo foi lembrada ontem pelo senador baiano Ruy Bacelar, do PMDB, ao defender o encurtamento do mandato de Sarney. Naquela solenidade, o presidente, segundo recorda o senador peemedebista, proferiu as seguintes palavras: "Como acabo de dizer perante o Ministério, embora considerando que a duração do atual mandato e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual presidente, sejam atribuições da Assembléia Nacional Constituinte que iremos instituir, desde logo manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos".

Sarney tenta evitar boicote em Salvador

Salvador — Para assegurar que sua viagem à Bahia, hoje, tenha «caráter cultural e pessoal», sem qualquer significação política, o presidente José Sarney telefonou na manhã de ontem ao governador eleito Waldir Pires, cujo partido, o PMDB, vinha manifestando descontentamento com a visita presidencial e ameaçando boicotá-la.

Após revelar o telefonema do presidente, Waldir Pires afirmou que diante dessa explicação não considera desfeita ao PMDB baiano a viagem de Sarney para inaugurar a Fundação Casa de Jorge Amado, a convite do escritor e do governador João Durval, do PFL, partido que sofreu forte derrota nas eleições de novembro.

O presidente Sarney explicou a Waldir Pires que além do objetivo cultural de sua visita à Bahia, há um fator pessoal, a amizade entre ele e o escritor Jorge Amado, seu colega da Academia Brasileira de Letras.

Sarney vai enfrentar, entretanto, um boicote dissimulado, «não declarado formalmente», por parte das bancadas federal e estadual do PMDB baiano. Não houve reuniões ou qualquer decisão formal, mas a disposição da maioria das bancadas é de não comparecer ao aeroporto na chegada do presidente e nas atividades de que ele participa hoje em Salvador.

Sem se referir diretamente a esse boicote, o presidente da seção regional do PMDB, Genebaldo Correia, explicou numa frase a razão da insatisfação do partido com o governo Sarney: «Ganhamos a eleição na Bahia com quase um milhão e meio de votos de vantagem e para o governo federal

Segundo Mansueto de Lavor, "Não se pode conceber que na nova ordem constitucional se prolongue um mandato recebido pelo colégio eleitoral, que era a essência do próprio regime autoritário". Além disso, ele ruoento "ético": o mandato de quatro anos seria "o cumprimento do solene compromisso assumido por Tancredo Neves, de só governar por quatro anos".

Recordou o senador peemedebista "que Sarney, na noite em que assumiu, disse, perante a não, que todos os compromissos de Tancredo Neves seriam cumpridos".

Justificativa semelhante é utilizada pelo vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, ao proclamar a necessidade de a Nova República resgatar "um dos seus compromissos básicos", que é o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República. Ainda segundo Inocêncio de Oliveira, "em meio à crise em que vive o país, a eleição presidencial seria uma forma de gerar expectativas positivas na população".

O senador baiano Ruy Bacelar disse que o presidente Sarney "merece e deve ser apoiado por todos, neste momento grave da vida do país, especialmente face à sua decisão de adiar o pagamento dos juros da dívida", mas que a duração do mandato presidencial não deve ser vinculada a essa questão.

Na realidade, os jornais do dia seguinte àquela solenidade, registraram a parte final da fala do presidente citada por Ruy Bacelar. Acrescentavam mais que o mandato só não foi fixado em quatro anos porque os então líderes do governo no Congresso e na Câmara — Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga — se manifestaram contrários a essa definição.

Além de recordar um posicionamento pessoal do presidente Sarney — que havia caído no esquecimento — a lembrança do senador baiano representa a mais consistente contestação política à tese do "direito adquirido", sustentada pelos políticos que querem preservar o mandato presidencial em seis anos.

Com efeito, está escrito na mensagem que o presidente encaminhou ao Congresso naquele dia: "De conformidade com entendimento consagrado em acordo político nacional, a Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986 haverá de, no exercício do seu poder constituinte originário, fixar data da eleição do meu sucessor".

é como se nada houvesse acontecido aqui».

Cumprindo obrigação

O governador eleito Waldir Pires, o presidente regional do PMDB, o presidente da Assembléia Legislativa e o líder da bancada estadual do partido confirmaram que vão receber o presidente, «cumprindo obrigações formais», como assinalaram os três últimos. Os membros das bancadas federal e estadual estão livres para comparecerem ou não.

Sarney desembarca em Salvador sob uma crítica pública do governador eleito Waldir Pires, que considerou «uma coisa estranha» e um «equivoco» a escolha do pefelista José Carlos Aleluia para a presidência da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Waldir assinalou que a energia é uma questão de grande interesse para os governadores do Nordeste, que desejam pessoas de confiança deles na direção dos órgãos ligados ao setor. Esta escolha é apenas um dos fatos que provocaram o descontentamento da bancada federal do PMDB baiano com o governo Sarney.

A idéia do boicote na bancada federal surgiu devido à manutenção do — Status Quo — da política federal na Bahia após as eleições. A bancada estadual do PMDB, em sua maioria, aderiu à idéia depois que o Palácio do PMDB, em sua maioria, aderiu à idéia depois que o Palácio do Planalto cancelou uma audiência solicitada pela Assembléia e entidades ligadas à agricultura, comércio e indústria e que deveria ocorrer no Aeroporto 2 de Julho, na chegada o presidente.

"Inepta e imperitine". Com essas duas qualificações, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, condenou a proposta do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, de fixar em seis anos o mandato do presidente José Sarney, através de um projeto

de decisão pela Constituinte. Luiz Henrique, contudo, admitiu a possibilidade de um entendimento nas próximas semanas entre os partidos e o governo para a definição do mandato presidencial, que seria fixado através dos mecanismos adequados da Constituinte. Mas adverte: "A duração do mandato dependerá da evolução política".

Para Luiz Henrique, "é um equívoco tratar do mandato presidencial através do projeto de decisão. Ele só pode ser acionado para salvaguardar a Constituinte. Isto porque permanece em vigor o entulho autoritário. O projeto de decisão não pode alterar a Constituição em vigor, mas apenas suspender a vigência de qualquer norma constitucional que ameace o funcionamento livre e soberano da Constituinte".

Ao condenar com veemência a forma proposta por Saulo Queiroz para a definição do mandato de Sarney, Luiz Henrique esquivou-se de uma avaliação do seu conteúdo — o mandato de seis anos. Disse apenas: "O PMDB tem uma posição clara anunciada pelo presidente Tancredo Neves, e repetida pelo presidente José Sarney, de um mandato de no mínimo quatro anos". E arrematou: "A dinâmica política é que vai definir a duração do mandato".

Luiz Henrique deixou claro que o PMDB não tem urgência na definição do mandato de Sarney, observando também que, em sua conversa com o ministro Marco Maciel, ficou claro que o próprio presidente da República não tem essa pressa que lhe está sendo atribuída.

— A partir da discussão do regimento da Constituinte, o PFL criou essa cealuma em torno do mandato presidencial. Nunca esteve em nossas cogitações essa interpretação regimental. Para nós, a urgência maior está, agora, na solução dos problemas econômicos e sociais, como o encaminhamento soberano da dívida externa e a redução das taxas de juros, acrescentou o líder do PMDB na Câmara.

Em sua opinião, quanto mais se discute o mandato presidencial mais se produz instabilidade política. E reafirmou: "A duração do mandato dependerá da evolução do processo político".

Ulysses Versus Sarney

Luiz Henrique desmentiu taxativamente a versão do deputado José Lourenço da conversa entre Sarney e Ulysses no sábado passado. E esclareceu: "A conversa foi em outro tom. O apoio do PMDB é fundamental não apenas para o governo, mas para o próprio processo de transição. Um precisa do outro. O governo precisa do PMDB para respaldar as necessárias mudanças econômicas e sociais, pois o partido tem o aval das urnas. E o PMDB tem a lucidez de constatar que precisa respaldar o governo, que é o principal avalista da transição".

Segundo Luiz Henrique, a versão de que Sarney teria ameaçado o PMDB é absolutamente inverídica: "Essa história dos cargos não constou da conversa entre os presidentes Ulysses e Sarney. E não poderia constar. Não tem o menor cabimento".

Josemar Gonçalves



Iniciativa de Saulo Queiroz provocou polêmica

Maciel acha inoportuno

«Eu acho que não é uma matéria que deva ser suscitada agora, muito menos como projeto de decisão» — afirmou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, a respeito da intenção do deputado Saulo Queiroz, do PFL, de apresentar projeto à Constituinte, definindo em seis anos o mandato do presidente José Sarney.

«Eu considero que essa é uma matéria — continuou o ministro — que inevitavelmente será discutida por ocasião dos debates das partes substantivas da Constituição e não acho que deva ser essa uma discussão precipitada como encaminhamento de um projeto de decisão».

O ministro Marco Maciel disse que é favorável a um mandato presidencial com cinco anos de duração, sem direito à reeleição, de acordo com a «tradição republicana»; mas advertiu que, no caso do presidente José Sarney, ele deve permanecer os seis anos, «porque foi sob o regime da Constituição de 46 que o presidente jurou o seu compromisso».

O ministro afirmou ainda que «além disso, o presidente Sarney tem o direito a esse mandato de seis anos, porque ele jurou seu compromisso perante uma Constituição que lhe assegurava esse prazo, e ele tem, posso assim dizer, direito adquirido ao cargo», e lembrou também que o presidente está cuidando da transição política:

«E essa transição passa por dar ao presidente o mandato que lhe faculte executar essa transição política e o ponto dessa transição é a Constituinte».

